

Eixo Capital



ANA DUBEUX

anadubeux.correio@gmail.com

Ana Dubeux/CB/DA Press



Bruce Wayne passou por aqui

O homem que cuida da saúde do presidente Lula, de empresários, artistas e de boa parte do PIB do país sempre que pode troca o jaleco por uma fantasia do cavaleiro das trevas. Roberto Kalil é fã incondicional do super-herói e um caçador voraz de reportagens sobre o personagem Batman. Na visita que fez ao *CB.Saúde*, na última sexta-feira, ele só sossegou depois de receber uma reportagem do caderno *Diversão & Arte* sobre os 85 anos do homem-morcego. Ele, que usa fantasias do Batman para visitar crianças internadas, confessa: "Na verdade, o Batman sou eu, é minha identidade secreta".

Arquivo pessoal



Frei Gilson e Mayara na madrugada

A primeira-dama Mayara Noronha Rocha participou do Rosário da Madrugada, com frei Gilson, dentro da Quaresma de São Miguel Arcanjo, na última segunda-feira. Ela aceitou o convite feito pelo frei e pelo padre Roger, da rádio e teve *Canção Nova*, aqui em Brasília.

Frequente

Não é a primeira vez que Mayara participa do famoso Rosário da Madrugada. Segundo o frei Gilson revelou ao final dos quatro terços rezados, a primeira-dama havia comparecido em 2021 em outro momento de turbulência no país. Mas sem aparecer.

Gratidão

Frei Gilson comemorou a presença de Mayara e estendeu os cumprimentos ao governador Ibaneis por toda a ajuda que tem dado para a realização de eventos religiosos aqui no DF, como a celebração dos 23 anos da *Canção Nova*, em agosto, realizada no ginásio Nilson Nelson, que reuniu milhares de pessoas. Mayara começou a se preparar às 2h para chegar ao local da oração, que começa às 4h.

Sigam-me os bons

O frei é hoje um dos maiores fenômenos do YouTube: consegue reunir mais de 500 mil pessoas para reza da madrugada.

Nilson Carvalho/Sistema Fibra



... E a caravana passa

Nunca antes na história, a Federação das Indústrias do DF (Fibra) assumiu a presidência da Confederação Nacional da Indústria. Jamal Bittar, desde ontem e até o próximo domingo, substituirá Ricardo Alban na liderança na CNI.

Com os dias contados

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) têm sinalizado que o fim do inquérito das fake news na Corte não está distante. Um dos passos para a conclusão é o procurador-geral da República, Paulo Gonet, apresentar denúncias ou pedir o arquivamentos dos casos. A coluna apurou que cerca de 40 casos originados do inquérito das fake news terão de ser analisados por Gonet, envolvendo a análise da atuação de deputados estaduais e federais, como o Capitão Assumpção e Carla Zambelli; além de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, como Alan dos Santos e Oswaldo Eustáquio. Após as eleições municipais, a expectativa no Supremo é que essas denúncias comecem a chegar.



Tigrinho traíçoeiro

Os cassinos on-line, em particular, têm mostrado um perfil de apostadores que levanta ainda mais alertas. Modalidades como o chamado "Jogo do Tigrinho", popular entre mulheres, têm o potencial de gerar impactos sociais mais profundos, visto que parte desse público é beneficiário de programas sociais e chefe de família.

Advertência

"Isso pode agravar ainda mais o ciclo de pobreza e desigualdade, já que muitos estão utilizando recursos essenciais para apostar", alerta levantamento da CNC. Está claro que auxílios como bolsa família estão sendo usados em apostas on-line. O estudo aponta que o endividamento pelas apostas sem controle atinge as camadas sociais mais vulneráveis.

Manifesto

A pressão aumenta para que o governo federal adote medidas contra a proliferação de empresas de apostas no Brasil. Associação Brasileira de Franchising (ABF), Associação Brasileira da Indústria de Equipamentos e Serviços para o Varejo (ABIESV), a Associação Brasileira das Indústrias Ópticas (ABIÓPTICA), Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), entre outras, assinam o manifesto para conter a multiplicação dos donos de apostas.

Gato por lebre

Segundo essas entidades, as empresas agem de forma descontrolada e podem acarretar problemas sociais e econômicos. Entre as sugestões propostas pelas associações estão a regulamentação de comunicação publicitária e dos patrocínios, que dão visibilidade a essas empresas. Sebrae, CNC e até a Febraban estão sendo convidadas a endossar o movimento.

Pra elas

O alto escalão da Embrapa é composto na maioria por mulheres: a presidente Sílvia Massruhá; a diretora de Negócios, Ana Euler; e a diretora de Pessoas, Selma Beltrão. O trabalho de fortalecimento da força feminina rural vem a partir desta nova diretoria.

Produtoras do bem-viver é o nome do programa que será lançado pela Embrapa, voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável e a inclusão produtiva das mulheres rurais do país. São parte das ações: oferecer capacitação técnica, orientações para que possam acessar os recursos de programas sociais e políticas públicas, preservação dos conhecimentos tradicionais e promoção do empreendedorismo.

Larissa Moraes/Embrapa



Reprimir golpes

A terceira turma do STJ julga nesta semana dois casos que vão analisar a validade, para fins processuais, de assinatura digital feita por meio de plataforma privada não cadastrada no ICP-Brasil (infraestrutura de chaves públicas brasileiras). Os dois casos vieram do Tribunal do Justiça do Paraná. O entendimento é de que as assinaturas digitais não realizadas por meio de autoridades certificadoras são insuficientes para evitar fraudes e certificar o conhecimento da parte.

Crise da Floresta

Movimentos sociais ligados à Igreja Católica organizam, para um mês antes da 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP-30), a COP dos pobres — uma conferência "paralela", em Belém, para debater temas de interesse dos grupos minoritários — como povos originários, ribeirinhos, meio ambiente. A ideia é, ao final do encontro, elaborar um documento a ser entregue aos governantes que estarão no evento oficial, em novembro de 2025. Vale lembrar que o papa Francisco realizou, em 2018, o Sínodo da Amazônia. Na visita à região, o pontífice afirmou que os "índigenas são frequentemente esquecidos e sem perspectivas de um futuro sereno" e citou a crise da Floresta Amazônica, "pulmão de capital importância para nosso planeta".



A QUEIMA-ROUPA

"O maior causador do problema ambiental no DF é a grilagem. Provavelmente os incêndios vêm sendo causados para propiciar o avanço sobre terrenos, após a remoção da vegetação pelo fogo"



CARLOS MAROJA, JUIZ DO TJDF, TITULAR DA VARA DO MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E FUNDIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

O senhor faz alertas há muito tempo sobre o perigo das queimadas no DF. Como se sente ao ver as lideranças políticas batendo cabeça para tentar explicar a inércia do poder público em relação ao avanço dos incêndios?

— De fato, há muitos anos venho enfatizado a necessidade de maior comprometimento dos poderes públicos com a proteção ambiental exigida pela Constituição Federal e Lei Orgânica do DF. Nesse tempo, o que tenho visto é o enfraquecimento dos órgãos de fiscalização e controle ambiental (o que inclui os aspectos urbanístico e cultural). Os incêndios são apenas parte de um problema que se articula com a omissão para com todos os demais aspectos ambientais. É necessário mais conscientização dos cidadãos para com um problema enorme que já está diante dos nossos olhos, pois as lideranças políticas apenas refletem o pensamento dos que as elegem, ou seja, o problema é bem maior do que apenas as lideranças. Vejo tudo isso com certa tristeza, mas também como um desafio a insistir nos esforços por educação ambiental, a única forma de se conscientizar e engajar a sociedade em prol da defesa da natureza.

Os governos local e federal reconhecem a existência de organização criminosa na região. Eles têm feito o que para inibir a expansão irregular na região?

— O maior causador do problema ambiental no DF é a grilagem. Provavelmente os incêndios vêm sendo causados para propiciar o avanço sobre terrenos, após a remoção da vegetação pelo fogo. As polícias até se esforçam para investigar e reprimir, mas parece-me que têm uma estrutura escassa para o tamanho do desafio. Há apenas uma delegacia do meio ambiente, com agentes bem preparados e dispostos ao trabalho, mas num efetivo muito aquém do necessário. Não tenho visto muito empenho do governo federal nesta questão, mesmo sabendo que há organizações criminosas atuando em unidades de conservação com status nacional, como é o caso da Floresta Nacional de Brasília.

Em entrevista ao Correio, o professor Reuber Brandão, da Biota da UnB, alertou sobre a existência do chamado ecoterrorismo? O senhor concorda?

— Concorro. Não só o ecoterrorismo, mas também o ecocídio deveriam ser objeto de atenção pelo legislador. Se o terrorismo e o genocídio são crimes abomináveis, com muito mais razão devem ser considerados o ecoterrorismo e o ecocídio, que atingem não apenas seres humanos, mas todas as formas de vida, inclusive e principalmente a humana.

O senhor tem estatísticas sobre quantos incêndios ambientais resultam em condenações, prisões ou multas efetivas?

— Não tenho números exatos sobre isso, até porque a Vara do Meio Ambiente não tem jurisdição criminal, mas pelo que tenho conhecimento, as condenações criminais por crimes ambientais em geral são raras, e quando ocorrem, resultam em sanções muito brandas, pois a lei é um tanto condescendente neste aspecto, e o Legislativo tem demonstrado não ter interesse em tratar isso mais a sério.

Por que temos a sensação de que a maioria dos crimes ambientais, como os incêndios, ficam impunes?

— Porque ficam impunes mesmo, graças a uma legislação leniente e a um sistema de fiscalização deficiente. Conheço vários casos de grileiros notórios que há décadas atuam no Distrito Federal causando danos imensos, mas que jamais foram condenados. É muito comum a ocorrência de prescrições nessas ações penais e, quando há condenação, normalmente vira uma pena alternativa.

A legislação ambiental brasileira é considerada muito boa, em relação às de outros países. Por que a legislação não é cumprida com rigor?

— Nós temos uma das primeiras, senão a primeira Constituição no mundo que tratou da questão ambiental, nós temos uma lei de crime ambiental, que tratou inclusive de modo pioneiro a responsabilidade de empresas, a responsabilidade por omissão dos gestores públicos, mas a gente vê isso pouco cumprido porque o sistema de fiscalização funciona mal. As polícias têm boa vontade, mas são mal equipadas, têm efetivo pequeno. Os casos muito raramente chegam ao Judiciário. Os criminosos ambientais são pessoas ricas porque são crimes altamente rentáveis... As leis são avançadas, mas as sanções são modestas.

O Poder Judiciário está apto a agir quando forem iniciados os processos contra os acusados de provocar incêndios?

O Poder Judiciário é bem aparelhado para atuar nos casos que cheguem até ele. Para que o Judiciário julgue, é preciso toda uma preparação: uma polícia que investigue, um Ministério Público que denuncie... O Judiciário tem pouca demanda efetiva.

O Ministério Público e as polícias têm atuado com rigor para ajudar a apontar os responsáveis pelos crimes ambientais?

Sim, o MP e as polícias atuam e têm interesse, mas há uma estrutura para atuar. A gente viu a grita para extinguir a extinta Agefis até pela pressão popular. Tenho a impressão que há pouca vontade política de tratar o tema com seriedade.